

Em busca do **veganismo** — 2

Deixa ir as minhas criaturas!

THE VEGAN · VOL.5 N.º 3 · OUTONO DE 1949 · PP.15–17

O segundo de dois ensaios, no qual Cross raciocina passo a passo desde seis observações até à sua definição proposta: o veganismo como «o princípio da emancipação dos animais da exploração pelo homem». — Tradução portuguesa do original inglês.

A etapa atual no desenvolvimento da Vegan Society caracteriza-se por uma concentração da atenção nas implicações da pergunta: «O que é o veganismo?».

Esta é uma tentativa de descobrir o princípio cujo rótulo é «veganismo», e de propor uma fórmula de palavras que, como definição breve, o descreva com exatidão. Deve ter-se presente que as opiniões aqui expressas são as do autor, e de modo algum comprometem a Sociedade ou qualquer outro membro.

A carta surgida em *The Vegetarian Messenger* de julho de 1943, que iniciou a correspondência que culminou na fundação da Vegan Society em novembro de 1944, ocupava-se dos argumentos morais e compassivos contra o uso de produtos lácteos por parte dos vegetarianos. Dos primeiros vinte e cinco membros da Vegan Society escreveu-se: «Tanto quanto sabemos, todos os membros do nosso grupo abandonaram o uso de produtos lácteos por razões humanitárias. ... Não aceitaremos que uma nutrição adequada tenha de violar a consciência.»*

O pensamento vegano desenvolveu-se com rapidez. As mercadorias fabricadas a partir de animais juntaram-se aos alimentos de origem animal como «não veganos». Houve desde cedo uma tendência para chegar às raízes da relação entre o homem e os animais, para tratar de uma causa e não dos seus quase incontáveis sintomas. *Não há indício algum de que o veganismo se ocupasse fundamentalmente de outra coisa que não fosse a relação homem-mais-animal.*

No artigo anterior, certas citações dos primeiros números de *The Vegan News* indicavam que a natureza desta relação era a preocupação primordial do veganismo. Outra literatura reforça esta ideia. «An Address on Veganism» (Donald Watson, 1947) contém frases como as seguintes: «...a abordagem correta do problema da emancipação animal» ... «ser verdadeiros emancipadores dos animais» ... «O vegano renuncia à superstição de que a continuidade da existência humana depende da exploração destas criaturas», e «Chegou o momento de renunciarmos com ousadia à ideia de que temos o direito de explorar os animais». Ideias semelhantes plasmam-se no «Manifesto» sobre o veganismo e noutros escritos. O fio que percorre a literatura neste ponto é a convicção de que, pelo bem tanto do homem como das suas criaturas semelhantes, os animais têm de ser um dia libertados das suas explorações.

Se o pensamento vegano seguia um curso fiel, o veganismo é, por conseguinte, um movimento de reforma. Se isto se aceita, não há mais do que um passo de lógica simples para afirmar que a Vegan Society está, no momento mais cedo possível, obrigada por dever a definir o veganismo, e a enunciar assim a reforma global que deseja ver realizada. Está igualmente obrigada por dever a *reservar as suas energias fundamentais para a prossecução dessa reforma*. A situação em que a Sociedade se encontra — sem qualquer propósito global acordado constitucionalmente que vincule os seus membros — explica-se unicamente pela natureza do seu desenvolvimento até à data. Neste sentido, a Sociedade acha-se ainda num estado de crescimento pré-natal. Mas isto não é satisfatório como situação permanente, pois uma reforma indefinida é uma contradição nos termos.

É possível extrair do que precede uma série de observações que conduzem a uma definição: (1) o veganismo é uma reforma; (2) o elemento impulsionador é a compaixão pelos animais, nascida do tratamento que o homem lhes dispensa; (3) a sua preocupação fundamental é o ponto de encontro entre o mundo do homem e o mundo dos animais; (4) a sua existência pressupõe um desajuste nesse ponto; (5) o seu propósito há de ser a correção desse desajuste; (6) o desajuste está intimamente ligado ao uso dos animais pelo homem — mais precisamente, ao seu hábito de agir como parasita de criaturas vivas que não podem resistir com êxito à sua vontade. Toda a definição do veganismo há de conter estas seis observações e não violar nenhuma delas.

Uma fórmula de palavras que satisfaz estes requisitos é que o veganismo é o princípio da abolição da exploração dos animais pelo homem. O aspeto positivo desta abordagem negativa (a não exploração) é a concessão da liberdade; numa só palavra, *emancipação*. O veganismo pode, portanto, definir-se como «o princípio da emancipação dos animais da exploração pelo homem».*

Mas embora tal definição satisfaça as observações expostas acima, é essencial averiguar se cumpre os requisitos da sabedoria além dos da lógica. Há de medir-se, por conseguinte, com um argumento filosófico geral. A ampla exigência que a sabedoria coloca a um homem é que ele se liberte das cadeias que o prendem aos seus desejos menos nobres e que inibem a sua ascensão a miras mais altas, a uma visão mais ampla e à consequente felicidade. Há uma série de provas pelas quais se podem julgar os seus esforços por libertar-se, e uma das mais rigorosas é a sua conduta para com aqueles *sobre quem tem poder*. Aplica-se de forma aguda no ponto onde o seu mundo se encontra com o mundo dos animais, pois sobre eles tem domínio.

A sua conduta neste ponto revela tendências fortemente autocomplacentes à custa das criaturas. Existe um fracasso generalizado em compreender que os animais têm direitos *relativamente* iguais aos seus. As suas explorações traduzem-se numa restrição desnecessária da liberdade natural ao longo de uma ampla frente, e *acabam inevitavelmente num matadouro de uma espécie ou de outra*. Isto é verdade de todas as suas explorações, desde a galinha do quintal até às grandes manadas de gado de carne e de leite. (Embora alguns cavalos terminem os seus dias em

«lares de descanso», isto só poderia aplicar-se a uns poucos. A maioria é abatida para mercadorias, rações ou consumo humano. De igual modo, as vacas esgotadas das manadas leiteiras não são reformadas para pastar em prados de trevo.)

Não é necessário expor aqui a acusação completa contra a exploração — o tráfico de carne, a caça, a captura com armadilhas, a vivisseção, e assim sucessivamente. O que há de enfrentar-se, porém, é o facto indubitável de que, à parte conceder aos animais o direito — e os meios — de regressar à natureza, não existe solução alguma para as condições que essa acusação revela.

Porque a emancipação libertaria num só e mesmo instante os animais da servidão e o homem de ser o seu parasita, porque ao pô-la em prática o homem se libertaria de algumas das cadeias que o prendem aos seus desejos menos nobres, ela cumpre as exigências da sabedoria além da lógica. Há também pelo menos três indícios notáveis de que assim é. Os dois primeiros surgem de uma mirada ampla à tendência geral da evolução humana. Pode ver-se que um movimento para emancipar os animais segue natural e historicamente o movimento para emancipar os escravos humanos. Possui assim o atributo estético e significativo da continuidade evolutiva. Em segundo lugar, está longe de ficar fora do âmbito do provável que a «volta errada» tomada pelo homem em algum ponto da sua evolução tenha sido a escravização («domesticação») dos animais, proposição amplamente argumentada pelo escritor norte-americano Henry Bailey Stevens.* Em terceiro lugar, a emancipação vai diretamente ao cancro que há no coração da relação atual entre o homem e o animal, e eliminaria de um só golpe a única causa da qual surgem *todos* os tristes sintomas.

Um ponto que talvez deva esclarecer-se de imediato é que a emancipação dos animais não significa a sua extinção. Pelo contrário, significa um regresso ao seu próprio lugar dentro da natureza, livremente descoberto por eles: um regresso ao equilíbrio, à sanidade e à naturalidade. Para alguns animais bem poderia ser um lugar de companhia com o homem, pois o homem é parte da natureza. Para alguns poderia ser um regresso a uma vida mais selvagem. Para muitos significaria o fim gradual das formas, funções e doenças anómalas que a «domesticação» fabricou artificialmente a partir dos tipos selvagens originais. Para todos significaria o fim da criação excessiva e antinatural. A antiga servidão às mãos do homem teria por fim terminado.

Resta dizer que, se como Sociedade chegarmos a convencer-nos de que a emancipação é o nosso propósito, e se, como devemos, inserirmos então essa descoberta na nossa Constituição escrita, isso não significará que não possamos continuar a interessar-nos vivamente por questões tais como as tendências científicas ou simbióticas na alimentação, a jardinagem com composto e a gestão do solo, e muitos outros assuntos afins. Mas significará que, como o barco de Kipling, nos teremos «encontrado a nós mesmos». Teremos descoberto o nosso destino. Ter-se-á produzido a cristalização de que se falava no artigo anterior, e o ímpeto dos nossos esforços ficará guiado e concentrado num impulso decidido rumo à estrela luminosa, ainda que distante, de uma grande reforma mundial.

* «The Vegan News», n.º 1, novembro de 1944. Descrita como «A revista trimestral dos vegetarianos não lácteos».

* Emancipação: o estado de ser posto em liberdade. Exploração: o ato de usar para fins interesseiros. Animais: criaturas sencientes e animadas distintas do homem.

* «The Recovery of Culture». Henry Bailey Stevens, com prefácio de Gerald Heard. Harper and Brothers, Nova Iorque, 1949.

— Leslie J. Cross

«Em busca do veganismo — 2» reproduzido de *The Vegan*, vol.5 n.º 3 (outono de 1949). Tradução portuguesa · understand-veganism.com